



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012. (Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto, informações sobre a existência e andamento de procedimentos e investigações acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Carlos Lupi desse Ministério.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego as informações abaixo elencadas, sobre a existência e andamento de procedimentos administrativos ou investigações para apurar os fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Carlos Lupi desse Ministério.

1. Que procedimentos administrativos foram abertos, indicando o respectivo número e o resultado do processo ou a indicação da fase em que se encontra, para apurar as denúncias veiculadas sobre o esquema de corrupção no Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do qual haveria extorsão de ONGs com irregularidades na execução dos contratos, bem como denúncia de que o Ministério fazia vistas grossas a malfeitorias cometidas por ONGs amigas, tudo isso com o conhecimento do então Ministro, Senhor Carlos Lupi e quais as conclusões a que eventuais procedimentos chegaram.
2. Que medidas foram efetivamente tomadas com relação aos envolvidos vinculados ao Ministério e que medidas foram adotadas para buscar a devolução de valores eventualmente desviados ou apropriados indevidamente.
3. Que medidas foram adotadas para ampliar a transparência e aperfeiçoar os mecanismos de controle, objetivando evitar a repetição dos atos de corrupção.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Em reportagem feita pela Revista Veja Online do dia 5 de novembro de 2011, os repórteres afirmaram que “Relatos de diretores de ONGs, parlamentares e servidores revelam que caciques do PDT transformaram órgãos de controle da pasta em instrumento de extorsão.”.

As denúncias, extremamente graves, tiveram ainda depoimentos e mesmo fotos e vídeo do que ocorria, como quando a reportagem cita que “uma dessas organizações era comandada por Adair Meira, que, conforme revelou VEJA, pagou o avião usado por Lupa em uma viagem ao Maranhão em 2009. A princípio, o ministro negou que tenha viajado no avião King-Air providenciado por Meira. Fotos e vídeo, porém, desmentiram o ministro. VEJA mostrou também que assessores do ex-ministro cobravam propina em troca de liberação de registro sindical.”.

O esquema funcionaria de maneira até simples, uma vez que, nas palavras da reportagem, “primeiro o ministério contrata entidades para dar cursos de capacitação profissional, e depois assessores exigem propina de 5% a 15% para resolver 'pendências' que eles mesmos criam.”.

Após desmentidos e tentativas frustradas de refutar as acusações, o então Ministro, Senhor Carlos Lupa, acabou por deixar o Ministério.

Diante de todo o exposto, gostaríamos de salientar que não basta a perda de quaisquer cargos, mas faz-se necessária a apuração de todo o ocorrido, a persecução dos valores desviados, a devolução dos montantes e a responsabilização dos agentes.

Não é aceitável que apenas se perca uma posição nos quadros governamentais em retribuição por desvio de verbas públicas. Portanto, a sociedade espera a apuração de todos os fatos e, em se constatando a ocorrência de ilícito, a consequente punição dos agentes envolvidos.

Nosso país não pode mais ficar apenas assistindo a denúncias sem fim sobre corrupção sem ser dada à população convincente explicação sobre o ocorrido, bem como sendo exemplarmente punidos os envolvidos. De tal maneira, aguardamos, pois, o atendimento aos nossos questionamentos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012.

Deputado **ANTONIO CARLOS MENDES THAME**
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados
PSDB-SP